



Associação
Bahiana de
Imprensa

Patrimônio Cultural

*ABI inicia seu Ciclo de Conferências 95+5
com debate sobre as condições do Centro Histórico
de Salvador e de outros patrimônios culturais da Bahia*

O grande problema
da sustentabilidade está
na falta de habitação, na falta
de gente, de pessoas morando
e vivendo.

Hermano Guanais,
superintendente regional
do Iphan/Bahia

ARTIGOS | Mary Weinstein, Nelson Cadena

ABI
94
anos

Edifício Ranulfo Oliveira

Ícone da arquitetura modernista no predominantemente barroco Centro Histórico de Salvador, o Edifício Ranulfo Oliveira, sede da Associação Bahiana de Imprensa, foi construído graças à obstinação do então presidente da ABI que deu nome à edificação e ao engajamento de toda a sociedade baiana.

A ABI investiu quase R\$ 1 milhão para modernizar as instalações elétricas e hidráulicas e para instalar sistemas de combate a incêndio e de proteção contra descargas atmosféricas. A segurança em primeiro lugar!

Até o centenário da ABI, em 2030, a modernização chegará às fachadas, incorporando tecnologias sustentáveis para recompô-las. O Ranulfo Oliveira vai chegar aos 70 com um corpinho de 30.



Associação
Bahiana de
Imprensa



Ernesto Marques
Presidente da Associação
Bahiana de Imprensa

Em 12 de março, iniciamos o Ciclo de Conferências ABI 95+5, evento que vai se repetir mensalmente neste nosso aniversário de 95 anos. Após as reuniões ordinárias, a Diretoria Executiva receberá pessoas que são referência como liderança ou como fontes reconhecidas em algum dos temas da programação. O desafio proposto a cada conferencista é fazer um passeio histórico, contextualizar o quadro atual e projetar o cenário para daqui a cinco anos, quando a ABI vai festejar o seu centenário.

Cada conferência vai gerar uma edição especial de MEMÓRIA DA IMPRENSA, monotemática. A proposta é oferecer elementos para inspirar boas pautas com informação qualificada e indicação de fontes, num mergulho sobre temas centrais para o desenvolvimento da economia baiana. Além de uma edição generosa no conteúdo, sem economizar espaço, teremos a participação de jornalistas convidados para interagir com os conferencistas; também teremos artigos, como os desta edição, de Nelson Cadena e Mary Weinstein.

Informações preciosas para jornalistas e para quem empreende na área da comunicação, considerando que todos os negócios dos segmentos que desfilarão pelo Ciclo ABI 95+5 vão demandar serviços de comunicação cada vez mais qualificados. Do institucional e mercadológico até a gestão de crises. Perscrutar tendências ajuda a enxergar oportunidades e planejar investimentos, além de instigar o faro de repórteres em busca de pautas relevantes.

Por uma feliz coincidência, esta primeira edição especial comemorativa destaca a conferência do superintendente regional do Iphan, Hermano Guanais, e é lançada na abertura da segunda conferência do Ciclo, com Eduardo Athayde, ativista e entusiasta da Amazônia Azul, apaixonado pela sua capital, a Baía de Todos-os-Santos.

Se o “enigma baiano” de Pinto de Aguiar caducou com refinaria, CIA, Polo de Camaçari e agroindústria em diversos territórios, ele se atualiza no potencial incredivelmente mal aproveitado destes dois grandes ativos: o extenso litoral — com destaque para a nossa mãe Kirimure e o Centro Histórico de Salvador. Trataremos desses assuntos nas duas primeiras edições especiais (abril e maio) de MEMÓRIA DA IMPRENSA.

Além da comoção ainda presente em função do

ocorrido na Igreja de São Francisco, começar com o Iphan tem fundamento histórico. São instituições nascidas na mesma década de 1930, Iphan e ABI, quando a imprensa e o poder político e econômico habitavam as nossas ruas estreitas, ladeiras e praças do Centro, em grande parte degradadas.

Não ficaram patentes apenas a omissão de órgãos públicos e a da própria Igreja Católica, dona da Igreja de Ouro e maior proprietária de imóveis e monumentos do nosso Centro Histórico. É preciso reconhecer: a cobertura sobre o fato se concentrou na comoção pela morte de uma jovem turista e, superficialmente, na representatividade daquela ocorrência, diante de milhares de imóveis seculares com os mesmos problemas de má conservação.

O propósito dessas conferências é instigar e oferecer elementos para nós, jornalistas, irmos um tanto mais adiante da superfície, quando abordamos temas sensíveis e estratégicos, como a gestão de patrimônios culturais. Para além de todas as dimensões fundamentais para nossa formação como povo, estamos falando de um grande negócio.

Compreender essa dimensão e a necessidade de apropriação coletiva, não apenas simbólica, é descolonizar nossas vidas para garantir um bom lugar sob o sol que nasceu a 2 de Julho. O jornalismo pode ajudar muito nisso, especialmente na cobrança correta e precisa aos órgãos públicos em suas competências distintas e complementares. Com qualidade compatível com a cobrança feita por nós, por melhores serviços públicos. Manter o assunto em pauta, em vez voltar apenas nas próximas tragédias ou inaugurações, ajudaria bastante.

Construir uma cultura de patrimônio é tarefa não só de governos, é preciso que se torne política pública permanente, começando pelas visitas de estudantes, desde os primeiros anos do ensino fundamental. É necessário que aulas de campo se tornem rotina, assim como os rigores na conservação e manutenção não poder se repetir, quase sempre, no pós-tragédia.

Nada mais cristalino na confissão dessa enorme falha coletiva do que a naturalização do uso recorrente do prefixo “re”. Só se revitaliza o que perdeu vida, só se reconstrói o que se deixou ruir. O forro da Igreja de São Francisco será reconstruído, mas jamais será o mesmo.

É preciso interromper esta marcha a ré.

Debate

sobre o patrimônio
abre o *Ciclo de Conferências*
ABI 95+5

No dia 17 de agosto, a Associação Bahiana de Imprensa completa 95 anos de atividades. Um marco que merece destaque. Vivemos um tempo no qual o jornalismo referendado e de qualidade é essencial para o debate sobre o mundo que temos e o que queremos. Por isso, a ABI criou projetos que, durante todo o ano de 2025, celebram a data, reconhecendo o exercício vital do jornalismo: informar. É desse esforço que nasce o Ciclo de Conferências ABI 95+5, que, periodicamente, vem promovendo a análise de temas importantes para o debate público.

Para abrir o projeto, o superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/Bahia), Hermano Guanais, conduz uma conversa sobre patrimônio, as responsabilidades dos entes envolvidos, políticas existentes e os desafios para o setor. Seguindo um pedido dirigido a todos os conferencistas do ABI 95+5, Guanais também traça projeções sobre seu tema para 2030, ano no qual a ABI completa 100 anos.

A conferência e o debate que se seguiram foram realizados no dia 12 de março de 2025, na sede da ABI e compõem o conteúdo desta publicação, junto com a contribuição da professora e jornalista Mary Weinstein e do escritor e jornalista Nelson Cadena.

Os textos de Hermano Guanais foram transcritos de sua fala e editados, com mínimas intervenções, na busca pelo melhor entendimento do leitor, na transposição para o texto escrito. Depois disso, os textos retornaram para o autor, que os revisou para publicação.



Sumário

EXPEDIENTE

Conselho Editorial da ABI

Ernesto Marques, Jaciara Santos, Luis Guilherme Pontes Tavares e Florisvaldo Mattos

Coordenação de Comunicação:

Joseanne Guedes, Coordenação Editorial: Ernesto Marques e Jaciara Santos

Estagiário de Jornalismo:

Caio Valente

Editor:

Edson Rodrigues

Projeto Gráfico:

Editora Bamboo

Design Editorial:

Henrique Brito

Foto da Capa

Márcio Filho / MTUR

Revisão:

Guido Guilherme Krieger e Raulino Júnior

Impressão:

Grasb

Tiragem:

1.000 exemplares

Distribuição

Gratuita

Contato:

ascom@abi-bahia.org.br

MEMÓRIA DA IMPRENSA é uma revista histórica da Associação Bahiana de Imprensa que apresenta depoimentos de decanos da comunicação no estado e suas contribuições para o desenvolvimento da mídia nos últimos 70 anos, revelando as peculiaridades e momentos marcantes da atividade jornalística ao longo do tempo. As opiniões, dados, fatos e conceitos expressos nas entrevistas e artigos são de responsabilidade exclusiva de entrevistados e articulistas e, necessariamente, não expressam a posição da revista e da Associação Bahiana de Imprensa.

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Antônio Walter dos Santos Pinheiro

Vice-Presidente: Sérgio Augusto Soares Mattos

Secretária: Heloisa Sampaio

Suplentes:

Wilson Midlej

Raimundo Vieira

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Ernesto Marques

1º vice-presidente: Luis Guilherme Pontes Tavares

2º vice-presidente: Suely Temporal

1ª secretária: Amália Casal

Diretor de Finanças: Antônio Matos

Vice-diretora de Finanças: Sara Barnuevo

Diretora de Defesa DI/DH: Mara Santana

Diretor de Cultura: Nelson Cadena

Diretor Social: Nelson José de Carvalho

Diretor de Patrimônio: Raimundo Marinho

Diretora de Comunicação: Jaciara Santos

Suplente: Luiz Fernando Lima

CONSELHO CONSULTIVO

Titulares:

Suzana Alice Pereira

Joaci Góes

Emiliano José

Suplentes:

Jolivaldo Freitas

Luiz Nova

CONSELHO FISCAL

Titulares:

Simone Ribeiro

Pedro Dalto

Romário Costa Gomes

Suplentes:

Valter Xéu

Valber Carvalho

CONTATOS

Assessoria de Comunicação:

71.98791-7988 - ascom@abi-bahia.org.br

Secretaria:

71.98426-1460 - secretaria@abi-bahia.org.br

Administrativo:

71.98425-9463 - administrativo@abi-bahia.org.br

ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE IMPRENSA

RUA GUEDES DE BRITO, Nº 01,

EDF. RANULFO OLIVEIRA, 2º ANDAR,

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR - BAHIA

CEP 40.020-260



FOTO: SHIRLEY STOLZE/AG A TARDE



FOTO: EDSON RODRIGUES



FOTO: MÁRCIO FILHO/MTUR

Hermano Guanais

O tempo todo a gente é colocado em xeque	06
O sinônimo de preservação não tem que ser restauração de monumento	12
O proprietário deve cuidar do seu patrimônio	13
O grande problema da sustentabilidade está na falta de habitação	14
Vejo [como caminho] somente a ação integrada	18
Se não estivermos unidos, o patrimônio vai se acabar	20

Debate

Patrimônio cultural é política transversal integrada	24
--	----

Artigos

Mary Weinstein Jornalismo e cidade estão um no caminho do outro	28
Nelson Cadena Faltou proteção	30



▲
*O superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/Bahia),
Hermano Guanaís,
no Ciclo de Conferências ABI 95+5*

Inicialmente, quero agradecer pelo convite, não só pelo convite de Ernesto [Marques], mas do nosso vice-presidente [Luís Guilherme Pontes Tavares], sempre presente e parceiro, e toda a ABI, que eu tive o prazer de conhecer recentemente. Estando fora durante muito tempo e não sendo da capital, sou do interior da Bahia, da Chapada Diamantina, tive agora o prazer de estar nessa convivência. Sobre tudo com Ernesto, que também tem laços com a nossa região.

O tempo todo a gente *é colocado em xeque*

Estou no Iphan/Bahia (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) há um ano e oito meses, mais ou menos. Fui diretor nacional do Iphan, mas na Bahia, como superintendente, estou há um ano e oito meses. E pude ter logo uma parceria com a ABI, devido à demanda em torno da casa de Rui Barbosa, que nos aproximou e fez com que criássemos, de fato, laços. Somos duas entidades criadas na década de 1930, com semelhanças. O Iphan é de 1937 e a criação da ABI é anterior a isso [1930], e são duas instituições que, com certeza, amarguram o mesmo problema de o tempo todo ter de explicar o porquê de existir e ter de lutar para sobreviver. É quase que um trabalho de resistência comum.

Quem trabalha no campo do patrimônio sabe: quando existe um problema maior, encontramos mais ataque do que solidariedade e compreensão sobre os papéis e a necessidade do órgão. Nós, que estamos à frente do órgão em determinado momento, somos ali uma ponta que articula um conjunto de coisas, mas as grandes decisões não dependem da gente, sobretudo naquilo que é uma necessidade de todos: os recursos. Sempre digo que temos a caneta de pedir, mas não aquela de assinar o cheque; ou seja, a dependência de uma autarquia de sempre ter de pedir o recurso, solicitá-lo, que é o papel que a gente cumpre.

Tive o convite da ministra [da Cultura, Margareth

Menezes] para assumir esta pasta. Não sou arquiteto nem historiador; sou advogado, fui servidor e advogado do Ipac [Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia] durante muitos anos. Acabei fazendo mestrado na área, agora doutorado em direito e patrimônio, sempre nessa linha de pesquisa. Portanto, sou um técnico, não sou político, não estou nessa função por isso. Estou porque me preparei e ocupei funções graças às minhas conquistas.

Saí de Palmeiras, da Chapada, de uma escola pública e [a trajetória] contou com muita luta. É um trabalho que eu escolhi fazer. Não é por vaidade, muito menos por salário, porque são os piores do quadro do Executivo Federal, posso lhes assegurar. É por amor mesmo. E as pessoas que trabalham no Iphan também são assim. São servidoras que estão lutando por um plano de cargos e salários. A gente tem servidores com mestrado, com doutorado, com pós-doutorado, mas sem nenhum tipo de remuneração a mais por conta disso. E somos essa meia dúzia de servidores, porque nós temos um quadro reduzidíssimo para uma instituição que está em toda a Bahia. Só em Salvador, no Centro Histórico, são cerca de 3.300 imóveis, mais a região do Comércio, em seguida vamos para Lençóis, Igatu (Andaraí), Mucugê, Rio de Contas, Palmeiras, com o conjunto paisagístico do Morro do Pai Inácio, o Sul, Porto Seguro, Caraíva, Trancoso, Arraial da Judeia, Santa Cruz de Cabrália, o Recôncavo. Dar conta de todo esse universo de fis-



FOTO: SHIRLEY STOLZE AG A TARDE

calização, de autorização, com um, dois servidores, não é tarefa fácil. Mais as obras que executamos, que envolvem elaboração de Termos de Referência, enfim, todo o trabalho. Então, sempre louvo a iniciativa e a permanência desses servidores, que ficam porque amam realmente o que fazem.

Embora eu tenha preparado uma apresentação, vou abrir mão dela para tentar, de fato, fazer uma conversa mais informal. Sobretudo trazer a mensagem do que é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando foi criado, suas obrigações, quais são os seus instrumentos e políticas.

O Iphan é de 1937 e a criação da ABI é anterior a isso [1930], e são duas instituições que, com certeza, amarguram o mesmo problema de o tempo todo ter de explicar o porquê de existir e ter de lutar para sobreviver.

O Iphan é uma instituição que nasce na década de 1930, fruto do movimento modernista. Para vocês terem ideia, o chefe de gabinete do Iphan era Carlos Drummond de Andrade.

Quem elaborou a minuta do Decreto-Lei nº 25, de 1937, que cria o tombamento, foi o poeta Mário de Andrade, que era representante do Departamento de Cultura de São Paulo. Ele elaborou a minuta que depois o Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade — primeiro presidente, que ficou mais de 35 anos à frente do Iphan, advogado e jornalista —, com o conhecimento jurídico que tinha, percebeu que a minuta de Mário não seria aplicável porque partia do pressuposto de que as pessoas tinham consciência sobre a sua cultura e a necessidade de preservação.

Dr. Rodrigo, advogado que era, imaginou: a primeira coisa que a gente precisa entender é que vamos dizer à sociedade que, ao tomar um bem cultural, estamos limitando o seu direito de propriedade. E observe que o direito de propriedade — se até hoje o é, imagine na década de 1930 — era um direito absoluto, intocável. Era falar ao proprietário que ele não pode construir uma garagem como ele quer, da forma como ele quer; não pode pintar a sua casa da cor que melhor lhe satisfaz, porque ele gosta do verde, do amarelo, porque ele vai ter de, agora, em nome do

que se chama interesse difuso e coletivo, ter de submeter [suas vontades, seus projetos] a um órgão de patrimônio, que vai exercer um controle sobre. Isso em plena década de 1930. Dr. Rodrigo falou: “Olha, se nós não criarmos um instrumento chamado tombamento, que vai obrigar o proprietário a submeter qualquer tipo de projeto de intervenção a um órgão, vamos perder parte dessa memória”. [Memória] que estava consagrada justamente em quê? Nesses conjuntos urbanos, nesses sítios históricos.

Era um primeiro olhar sobre a materialidade, sobre os vestígios que a história deixa com base naquilo que é material. Então, sítios históricos, conjuntos urbanos, paisagens notáveis são tombados, o que é, na verdade, a primeira preocupação, pois precisamos salvar esses bens culturais que pelo processo de urbanização — aceleração de crescimento e necessidade mesmo que a sociedade tem de rejeitar o passado e substituir pelo novo — “já não prestam”. Isso é comum até hoje, até hoje a gente vive isso. A gente tem de embargar obras o tempo inteiro, às vezes do próprio poder público, porque se quer substituir as coisas; nada se aproveita, mas se deve rejeitar, jogar fora para construir algo novo.

As cidades todas, se forem ver as mais contemporâneas, têm a mesma cara, a mesma feição, quase de banheiro: blindex e pastilha nas fachadas. Porque

O Iphan [na sede, na Barroquinha, Salvador] tem uma parede de azulejos portugueses lindíssima. Mas tem um elevador. É uma casa de 1690, mas que tem elevador. Assim como você vai hoje a algumas igrejas, alguns monumentos, que têm acessibilidade realizada.

são modelos que se reproduzem. A arquitetura que marca os períodos, a arquitetura colonial, arquitetura eclética, Art Déco, são estilos, mas que não se repetem, e a diversidade está presente. Então, em nome desse valor arquitetônico, esse valor histórico, que estava muito ligado às Belas Artes naquele início, é que a instituição [Iphan] é criada para frear esses interesses. Mário de Andrade pensou que um processo de educação seria suficiente, mas sabemos que não daria conta. Então veio o tombamento, porque é esse instrumento primeiro criado no Decreto-Lei nº 25/37.

E, veja, não é só feito pelo Iphan. Sobre tudo com a



FOTO: SHIRLEY STOLZE/AG A TARDE



FOTO: SHIRLEY STOLZE/AG A TÂNDE

Constituição de 1988, entendeu-se que o tombamento e a política de preservação só serão eficazes se os três entes da administração pública criarem os seus organogramas jurídicos, as suas políticas e, mais do que isso, as suas instituições que deem conta desse processo. Um processo não só de declaração, dizer que tal bem é patrimônio, mas de fiscalizar e, em situações excepcionais, o poder público lutar por um aporte financeiro para tentar ajudar, quando o proprietário comprova que não consegue executar as obras de melhoria, de restauração ou o que for.

Então, em realidade, a primeira obrigação que se estabelece é a de dizer: “Olha, proprietário, você agora tem uma limitação no seu direito de propriedade. Você pode usar, fruir, gozar desse bem, vender a quem você queira, usar como você queira usar, só que você tem uma restrição”. [Proprietário]: “E qual é?”. “Quando você quiser fazer qualquer tipo de intervenção no patrimônio, precisa consultar o órgão para ele dizer: ‘Olha, tá certo, não tá certo, adote esse caminho, não esse.’” [Proprietário]: “Para quê?”. “Para preservar aqueles valores que foram consagrados com relação àquele bem”. O Iphan [na sede, na Barroquinha, Salvador] tem uma parede de azulejos portugueses lindíssima. Mas tem um elevador. É uma casa de 1690, mas que tem elevador. Assim como você vai hoje a algumas igrejas, alguns monumentos, que têm acessibilidade realizada.

O que não existe, que dificulta muito o nosso trabalho, é a [não] contratação de especialistas em patrimônio. Porque o tempo todo somos colocados em

Quem trabalha no campo do patrimônio sabe isso: quando existe um problema maior, encontramos mais ataque do que solidariedade e compreensão sobre os papéis e a necessidade do órgão.

xeque, o nosso trabalho é questionado. Porque se contrata um arquiteto que, muitas vezes, tem experiência em arquitetura contemporânea para intervir em monumentos dos séculos XVI, XVII e XVIII. Ou seja, quando se chega a um projeto, se quer submetê-lo não à lógica do patrimônio, da preservação, mas à lógica do interesse individual sobre o que ele [o arquiteto] quer fazer com aquele bem. E dizemos: “Olha, isso pode ser feito, mas essa não é a forma, esse não é o caminho. Observe isto”. Então, historiadores, sobretudo os arquitetos com formação em patrimônio, ainda há em número reduzido; e os que há, não são acessados. Porque, muitas vezes, se contrata arquiteto de shopping para intervir num conjunto do século XVIII e se quer submetê-lo àquela lógica. E precisamos o tempo todo ficar dizendo que não pode ser assim, porque, se for desse modo, vamos perder todas as características relevantes. É o nosso papel, de certa forma, de tentar zelar por isso.

Centro Histórico de Salvador:
(acima) Praça da Sé;
(abaixo) Igreja e convento
de São Francisco de Assis.



o *sinônimo* de *preservação* não tem que ser *restauração* de *monumento*'

Hermano Guanais

Observem as expressões que são usadas no Decreto-Lei nº 25 e que até hoje as pessoas usam: patrimônio histórico, patrimônio artístico. Ninguém se atenta que a Constituição de 1988 substituiu esses nomes e chamou-os de patrimônio cultural. Por que isso? Porque, do ponto de vista semântico, do ponto de vista do que deve ser o patrimônio, ele não está só ligado à ideia de belas artes, de monumentalidade e excepcionalidade do valor cultural. Porque se você for ver, tudo aquilo que foi declarado patrimônio estava ligado a essas concepções. Aquilo que o professor Olímpio Serra, irmão do professor Ordep Serra, que muitos conhecem, chamou de “fixação eurocêntrica de patrimônio”, que é entender que patrimônio eram os monumentos ligados às belas artes e a esse passado do período colonizador. Por isso que os primeiros bens tombados foram cidades, seis cidades mineiras, então eu já chamo a atenção para um outro ponto. Seis cidades, ou seja, seis conjuntos urbanos inteiros são declarados como um bem cultural. Eles têm 1.200, 1.500, dois mil imóveis para uma instituição que tinha uma pessoa para cuidar e que continua tendo uma pessoa, quase 90 anos depois.

Na verdade, as prefeituras não tinham amadurecimento nem queriam enfrentar aquilo que o Iphan enfrenta desde sempre, historicamente, e por isso é até malvisto. E malvisto por dizer que você, proprietário, não pode fazer determinadas coisas. É muito mais fácil você delegar a um órgão, sobretudo o federal, o que está no outro plano, o ônus disso tudo. Tanto o ônus de despesa como o ônus da fiscalização, do momento, do conflito que é criado cotidianamente, no processo pelo qual qualquer órgão de fiscalização

passa, que é o órgão do “não” etc., etc. Para entender [o que significa] um conjunto inteiro ser objeto de tombamento, e isso com processos de instrução sumários. Não eram os processos de hoje, instruídos com produção de conhecimento, com as tecnologias. Eram: cidade tal,



FOTO: EDSON RODRIGUES

A cada momento que se passava eles tinham necessidade de aumentar e pegar aqueles espaços nas áreas centrais e transformar, aproveitar o solo e querer verticalizar, construir novas edificações.

conjunto urbano está tombado. E ali há uma ou outra informação e pronto. Por que isso? Porque, na verdade, se não se fizesse isso naquele momento, iríamos perder tudo que havia. Porque, a cada momento que passava, eles tinham necessidade de aumentar e pegar aqueles espaços nas áreas centrais e transformar, aproveitar o solo e querer verticalizar, erguer edificações. Em nome disso, começou-se a tombar, na verdade, conjuntos urbanos inteiros. Com esse ideal, batizaram esse momento de “fase heroica”, que era quase de salvamento das coisas, ainda que a instituição não tivesse nem recursos nem pessoal para dar conta dessa missão.

E esse trabalho todo ficou centralizado em um órgão só de preservação, que, com o tempo, foi entendendo que o patrimônio não é só aquele patrimônio material, não é só aquele patrimônio ligado ao período da colonização; [foi entendendo] que existiam outras dimensões do patrimônio e que o sinônimo de preservação não tem de ser restauração de monumento.

As prefeituras não tinham amadurecimento nem queriam enfrentar aquilo que o Iphan enfrenta desde sempre.

o proprietário deve *cuidar* do seu *patrimônio*

Hermano Guanais

Recebi uma carta interessante, de 1990, da professora Gilka Santana, que muitos devem conhecer, era esposa do Fernando Santana. Ela foi servidora do Iphan, superintendente e tudo, respondendo a um jornalista que fez matéria sobre uma das igrejas daqui, a do Pilar, salvo engano, e acusava o Iphan. Ela dizia: “Olha, o Iphan não é dono de igreja nenhuma”. E é verdade: o Iphan só tem suas casas onde funciona.

O proprietário deve cuidar do seu patrimônio e, se você fizer conservação, você vai evitar o dano, que

ele aumente, que se prolifere aquilo ali e se amplie para chegar a um momento em que a obra fica tão custosa que você não consegue fazer, de tão grande que o dano acabou ficando por falta de cuidado diário. Quem

tem suas casas aqui sabe disso. Se você não estiver diariamente observando, é que a coisa vai crescendo, e então o valor se torna cada vez mais alto.

E ela [Gilka Santana] mandou [ao repórter] uma relação de intervenções desde 1940 até 1990 que o Iphan fez, que era uma lista gigantesca.

Essa noção [errônea] de que o patrimônio cultural é do Estado e o tombamento é uma desapropriação é que leva ao entendimento de que, ao tomar um bem, o Iphan passa a ser proprietário e dono dele. E é o Iphan sozinho. Porque, se você for olhar, sobretudo o Centro Histórico, além de uma lei municipal de proteção rigorosa, é também Patrimônio Mundial. Ou seja, há uma convenção de 1972 que reconheceu [o Centro Histórico de Salvador] como Patrimônio Mundial e que recomenda aos Estados Parte membros que assumam obrigações. [O termo] Estado Parte inclui todos os entes federativos nessa missão de preservar o patrimônio. É uma missão de preservação do que a Constituição depois vem chamar de patrimônio cultural.

E ela [professora Gilka Santana] dizia: “Olha, o Iphan não é dono de igreja nenhuma.”

Por quê?

Primeiro porque os Terreiros de Candomblé, a duras penas, foram reconhecidos como patrimônio. Não se via neles valor artístico e histórico, porque, para ser patrimônio, entendia-se que o bem deveria ser ligado a esse passado, essa ideia de excepcionalidade. Quer dizer, de um Terreiro de Candomblé como a Casa Branca, tombado em 1984, na reunião do Conselho Consultivo se dizia assim: “O que é que se vê ali em termos de patrimônio?”. Quer dizer, e o valor histórico, o valor paisagístico, etnográfico e até arquitetônico? Porque é uma arquitetura popular tradicional aquilo ali. Então, criou-se uma noção de patrimônio dessa forma, como se patrimônio só fossem edificações do período colonial.

Há outras dimensões do patrimônio, inclusive uma chamada de imaterial, que — quando Mário de Andrade, depois de reconhecer a cultura popular e tradicional, quer dizer, o folclore e as culturas tradicionais como patrimônio — foi tirada da proposta inicial do Decreto-Lei nº 25. Isso porque, à época [de Mário de Andrade], falar de culturas tradicionais e populares era [falar de] folclore. Hoje, a Constituição chamou de dimensão imaterial do patrimônio. Naquele momento, falar nisso significava dizer que a capoeira era patrimônio, que todas essas expressões culturais de matriz africana e indígena eram patrimônio. Isso foi desconsiderado.

Essa noção [errônea] de que o patrimônio é do Estado e o tombamento é uma desapropriação é que leva ao entendimento de que, ao tomar um bem, o Iphan passa a ser proprietário e dono dele.

o grande problema da sustentabilidade está na falta de habitação'

Hermano Guanais

Há uma compreensão equivocada de que, ao colocar recursos em um determinado monumento — seja esse monumento uma igreja, seja do particular hipossuficiente —, os proprietários não teriam obrigações de manter aquilo. Historicamente, as intervenções começam a ser repetidas de cinco em cinco ou de dez em dez anos. Isso porque se intervém em um bem cultural e cinco anos depois está todo destruído, inclusive pelo não uso. Os bens nem sequer são abertos, nem mesmo é feito um plano de gestão para se dizer: “Olha, esse bem cultural agora, embora seja uma igreja, embora ele seja um convento, pode ter um novo uso”.

Quando as instituições religiosas, sobretudo elas, perdem a sua força, a sua capacidade de estar naquele lugar, de mobilizar seus fiéis, seus devotos, é o imaterial, que são as celebrações, as expressões que vinculam as pessoas àquele monumento que são perdidas. O imaterial faz com que o monumento deixe de ser apenas um atrativo estético, de beleza, de contemplação, para ser um bem que cumpre uma função sociocultural mais ampla e religiosa. A festa de Santa Bárbara, podemos dizer que é da cidade. Ela está na cidade e mobiliza um conjunto de agentes que estão ali naqueles dias. Então, a perda dessas funções religiosas, dessas celebrações acaba esvaziando os templos e aquilo ali fica apenas como repositório de história e de memória do passado. Ao ficar assim, e não existindo um compromisso na sua gestão, esse esvaziamento causa, naturalmente, degradação. E se, então, se investe [um valor], não são dois nem três milhões, são oito, dez, quinze, são dezessete, vinte milhões em cada intervenção dessa. Vendo nossos Planos de Ação, que fazemos todo ano no Iphan, o que me causa espanto é a quantidade de condenações judiciais. O Ministério Público Federal ajuíza ações contra o Iphan, contra a União etc. E o Iphan é condenado a fazer intervenções, inclusive, em bens do poder público de outras esferas. Proprietários que, muitas vezes, não são hipossuficientes, geram ações de dez, quinze anos que vão se acumulando e nós as recebemos agora para cumprimento



FOTO: EDSON RODRIGUES

[das sentenças]. E sobre os mesmos bens culturais. São os mesmos bens, as mesmas coisas a vida inteira. Quando você pensa na autonomia que nós teríamos para gerir esse patrimônio, ela está completamente comprometida, porque somos condenados a fazer aquelas mesmas restaurações, ainda que no outro dia esses bens estejam fechados, que seja só para dizer que estão de pé. Não cumprem funções sociais



FOTO: EDSON RODRIGUES

nem contribuem para uma dinâmica desse espaço, desse território que é o Centro Histórico de Salvador, mas estão de pé. Você vai tentar entrar e não vai ter acesso. Ou, se entrar, fizer uma visitação, mas ele [o bem] não cumpre sua função, que é celebração, que é ser repositório de informação, que é entender que aquele espaço é um espaço museológico também e

Um território como este [o Pelourinho] [...] é esvaziado porque as pessoas são tiradas para transformar em um shopping a céu aberto.

que tem de ser fortalecida essa dimensão.

Quem estuda o patrimônio, estuda os centros, as áreas urbanas centrais, vê que o grande problema da sustentabilidade está na falta de habitação, na falta de gente, de pessoas morando e vivendo.

O Centro Histórico de Salvador, o Pelourinho, sobretudo, passa por esse processo de esvaziamento. As pessoas são retiradas por políticas de patrimônio e turismo, sobretudo de turismo, como se esse fosse o elemento para salvar o patrimônio. Simplesmente [essa política] transformou essas áreas em guetos de turismo e lazer, descolados da vida real da cidade.

Então, em vez de se discutir, investir, por exemplo, onde o morador construiria sua garagem ou ter uma forma de substituir isso, vai investir nas políticas de fachada, de pintura de bens culturais e imóveis para criar uma imagem da Bahia, que é essa imagem que seduz, desse conjunto mais colorido do que ele é. A professora Márcia Sant'Anna até advoga que seja uma inspiração na novela O Bem-Amado, que é quando a TV em cores chega ao Brasil e que tudo é

muito colorido. E no Nordeste começam a incorporar isso, a criar a imagem da baianidade, do axé. Um território como este [Centro Histórico], que era um lugar de práticas culturais tradicionais, que era um lugar onde as pessoas viviam e por isso tinha cultura viva, é esvaziado porque as pessoas são tiradas para transformá-lo em um shopping a céu aberto.

Vemos que os usos reais, inclusive institucionais, são desincentivados. As instituições viviam aqui, estavam presentes aqui, como uma cidade comum que tem tudo. Elas passam então para o centro empresarial, outras vão para o Centro Administrativo, e vai se abandonando [os centros históricos]. E esse tecido vai sendo esgarçado cada vez mais. Todos esses equipamentos que são de fruição coletiva, como igrejas, museus e outros, vão ficando esvaziados. E acham que o Centro Histórico e o patrimônio têm de ser preparados não para quem vive na cidade, mas para quem vem de fora e passa meia hora circulando por aqui. E que as lojinhas são aquelas mesmas para o turista ver, as mesmas coisas, espaços homogeneizados.

Acham que o Centro Histórico e o patrimônio têm de ser preparados não para quem vive na cidade, mas para quem vem de fora e passa meia hora circulando por aqui.



NÃO DÊ ESPAÇO PRO MOSQUITO

DENGUE MATA. E VOCÊ PODE SER A PRÓXIMA VÍTIMA.

Quando o *Aedes Aegypti* acha qualquer brecha, logo se espalha e coloca você e sua família em perigo.

Para não dar espaço a ele, siga as dicas. Em caso de sintomas, reforce a hidratação e procure o posto de saúde da Prefeitura antes de tomar qualquer medicação.



EVITE POÇAS
DE ÁGUA NA
ÁREA DA CASA



LIMPE RALOS
E CALHAS



COLOQUE AREIA
NOS PRATOS
DE PLANTAS



MANTENHA
O QUINTAL
SEM LIXO
OU ENTULHO



MANTENHA
TONEIS
E CAIXAS - D'ÁGUA
FECHADOS



GUARDE GARRAFAS
E BALDES VIRADOS
PARA BAIXO



GOVERNO DO ESTADO



SECRETARIA DA SAÚDE

GOVERNO
PRESENTE
FUTURO
PRA GENTE

Vejo *[como caminho]* somente *a ação* integrada

Hermano Guanais

A diversidade cultural é o que a Carta de Nairóbi* disse que fizéssemos: diversidade de usos, multiplicidade, como a cidade comum que tem de tudo. Nós fizemos o contrário aqui.

A rua Saldanha da Gama [Pelourinho], que tem um comércio de eletrônicos, instrumentos musicais; ou mesmo o Tabão [Pelourinho], mantêm-se porque inercialmente ficaram, mas não há nenhuma política de incentivo à permanência. Porque ali, de quando se iniciou até hoje, mantêm-se vivo e podemos dizer que faz parte da vida real da cidade. Não é? O San-

ção para se criarem hoje banheiros, cozinhas. Tudo isso foi eliminado, como se fossem espaços para uso comercial apenas, e a característica de residência foi completamente modificada.

Ou seja, se quisermos fazer com que as pessoas morem lá hoje [Centro Histórico de Salvador], tem de haver uma intervenção que readéque as casas para a sua feição de casa. Porque [antes] se queria tudo aberto para comércio, e os mesmos comércios, como se isso fosse se manter para sempre.

Foram vícios criados e entraves que foram criados. Vejo [como caminho] somente a ação integrada, o reconhecimento de que preservar o patrimônio não significa apenas intervir para restaurar, mas que é um programa de educação patrimonial muito amplo, de formação, de conhecimento, mesmo de investimento em profissionais.

Temos o CECRE [Programa de Pós-Graduação em Conservação e Restauração], na Ufba, que é referência no Brasil. O Brasil inteiro vem fazer curso aqui no mestrado e doutorado da Universidade Federal da Bahia. Mas muitos saem, porque o mercado não absorve esses profissionais. Se você for olhar em termos de Centro Histórico de Salvador, que é tão cantado em prosa e verso por todos de que é a nossa identidade, é o que a gente representa, vocês vão ver que o Iphan fica quase que solitariamente nessa missão [de fiscalização e conservação].

O próprio trade turístico e empresários que exploram de algum modo esse patrimônio, se você for perguntar quanto se gasta ou quanto se investe — porque a melhor expressão é investe, porque tem um retorno — nesse patrimônio que eles tanto usam o tempo todo, vocês vão ver que é zero ou que é completamente pífio.

O mecenato, que em Minas Gerais é comum, existe no Rio, São Paulo (Sudeste), não existe no Nordeste. Aqui na Bahia é quase inexistente. Não há investimento privado na preservação. Ou seja, fica a instituição federal com poucos recursos e poucos servidores, tentando dizer à sociedade que aquilo é importante para ela e que todos nós devemos preservar; que somos [o Iphan] um agente fundamental e importante, mas que não vamos conseguir [sozinhos]. E pode-se dizer o que se quiser dizer, pode-se

Pudesse escolher, eu escolheria tentar atuar junto com o município, com o estado, em imóveis que estão vazios, estão com problemas de regularização fundiária, para criar habitação de interesse social. Habitação acessível.

to Antônio [Além do Carmo], que já passa por um processo de gentrificação muito grande, mas você vê que ainda ficou diferente e mantido. Por quê? Porque há população vivendo ali.

Pudesse escolher, eu tentaria atuar junto com o município, com o estado em imóveis que estão vazios, estão com problemas de regularização fundiária, para criar habitação de interesse social e habitação acessível. Para trazer as pessoas. Ou mesmo regularizar algumas ocupações existentes para dar vida, para que as pessoas habitem aqui, morem aqui, vivam aqui. Mas, para vocês terem ideia, os imóveis que foram tratados nessas políticas de turismo e patrimônio — décadas de 1970, 80 e 90, sobretudo — foram tão desconfigurados que precisam de uma interven-

O Santo Antônio [Além do Carmo], que já passa por um processo de gentrificação muito grande, mas você vê que ainda ficou diferente e mantido. Por quê? Porque tem população vivendo ali.



O mecenato, que em Minas Gerais é comum, existe no Rio, São Paulo (Sudeste), não existe no Nordeste. Aqui na Bahia é quase inexistente.

falar o que se quiser falar em termos de condenar a instituição, como se ela não tivesse feito algo porque não quis, desconsiderando que ela tem uma missão institucional e tem uma limitação, que ela atua na medida da reserva do possível.

Nós nos esforçamos muito, mas, por mais que nos esforcemos, como em todo lugar do mundo, há de haver uma conjugação de esforços e de compreensão entre os proprietários, o poder público e a sociedade. Porque acham comum contratar um profissional de qualquer ramo, menos um arquiteto-restaurador, menos um engenheiro, para poder acompanhar e evitar danos e acidentes. Quando entregamos uma obra, por exemplo, entregamos um manual de conservação preventiva. E temos todos os manuais do Iphan publicados no site. Se vou fazendo a conservação preventiva, a conservação básica, vou evitar chegar àquele momento em que é preciso investir uma fortuna, que eu não tenho. Então, essa obrigação é a básica.

Temos uma experiência com o Padre Abel, que é da Catedral Basílica [Centro Histórico]. Ele é articulado, fica ali vigilante; ocorre um problema, ele corre atrás. E há outros padres e outras pessoas que estão em museus, em outros espaços, que são assim.



A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), reunida na capital do Quênia em sua 19ª sessão, de 26 de outubro a 30 de novembro de 1976, dentre outras realizações, construiu a Carta de Nairóbi. O documento estabelece diretrizes para a proteção e promoção das culturas tradicionais e populares, reconhecendo sua importância para a identidade e diversidade cultural dos povos.



FOTO: MÁRCIO FILHO / MTUR

“Se não estivermos unidos, o patrimônio vai se acabar”

Hermano Guanais

É importante mostrar que, embora façamos todos os esforços, somos um órgão federal que tem uma estrutura reduzida, tem um orçamento também reduzido. E que não vamos dar conta da complexidade desse patrimônio.

A gente [Iphan] estava falando que não estamos só em Salvador. Eu falei de Caraíva, Trancoso, Arraial d'Ajuda; falei da Chapada [Diamantina], que há Lençóis, Rio de Contas, Mucugê, Igatu; do Recôncavo, que há Cachoeira, que há São Francisco do Conde, com uma igreja também franciscana cujo projeto executivo estamos fazendo. Há Morro de São Paulo, que tem fortificações e conventos, Itaparica, Monte Santo...

Na região do São Francisco, não há bens tombados. Não há por conta, justamente, daquela noção de patrimônio que se constituiu e estava voltada para essas narrativas do patrimônio colonial naquele momento. Só para vocês entenderem: cidades como Barra do São Francisco e tantas outras tinham uma arquitetura eclética e Lúcio Costa, que era servidor do Iphan e conduziu durante 30, 40 anos as políticas de preservação, não via valor no eclético. Diziam que o eclético era uma anomalia, indigna de viver e conviver com a boa tradição da arquitetura, que era a Barroca, por exemplo. Então, muitas cidades ficaram de fora por isso, porque era essa a visão. Por isso não existem bens tombados lá em âmbito federal.

Quero dizer que, para além, embora falemos dos bens tombados, temos também um patrimônio arqueológico em que a gente trabalha com fiscalização, com licenciamento. E há um patrimônio sobre o qual falei, chamado imaterial, que só veio nascer com a Constituição de 1988. A Constituição obrigou o Estado Brasileiro a entender que a cultura negra, que a cultura indígena eram expressões que não disputavam entre si e não

Diziam que o eclético era uma anomalia indigna de viver e conviver com a boa tradição da arquitetura.

estavam abaixo da cultura dita “erudita” nem mesmo colonial portuguesa ou vinda de fora. Por isso que o terreiro de candomblé tem o mesmo valor que qualquer outro bem religioso tem. Por isso que a capoeira e o ofício de baiana de acarajé são patrimônios porque a gente também trabalha dentro da dimensão imaterial.

Acho que os princípios dessa política de salvaguarda do Patrimônio Cultural imaterial, chegando à política urbana, vão dar uma outra abordagem e dinâmica ao patrimônio. Porque, diferente do patrimônio edificado, em que temos uma coisa como objeto de preservação — uma casa, um sítio, uma paisagem —, no patrimônio imaterial, o centro desse patrimônio, o seu objeto é o ser humano. A pessoa é a detentora do patrimônio. Então, existe a preservação dos bens imateriais, não por tombamento, como as pessoas falam, mas por registro. Isso porque o bem imaterial não pode ser tombado, ele é registrado. É um instrumento constitucional criado lá em 1988, regulamentado em 2000, que diz que aquela expressão cultural viva é patrimônio e tem de ter sua continuidade histórica.

Como vamos salvaguardar essa dimensão imaterial? Fazendo as chamadas ações de salvaguarda — apoio e fomento — aos bens registrados: do ofício de baiana de acarajé, do Bembé do Mercado, do frevo, do maracatu, dos caboclinhos de Recife, da literatura de cordel, do repente. São mais de 55 bens registrados como patrimônio cultural do Brasil. E não é um título que você dá para pendurar em uma parede, como as pessoas acham, muitas vezes até no Legislativo: tal coisa é patrimônio imaterial de não sei onde. Então atribuem o título e tiram uma foto em um evento. Não é.

A política de salvaguarda do patrimônio imaterial, criada no Brasil em 2000, é referência internacional e orientou a Unesco na elaboração da Convenção do Patrimônio Imaterial da Humanidade. Nessa política, justamente, o que fazemos é colocar o ser humano no centro do processo. É ele quem participa de todo o processo de construção desse patrimônio e das chamadas ações de salvaguarda. Porque eu tenho pessoas ali que podem conversar, são o próprio patrimônio vivo, não estou lidando mais com elas como objeto do passado que ficou. Estou lidando como uma cultura viva, transmitida de geração em geração e que o suporte de memória não é mais a coisa tombada, é o bem registrado. A política de salvaguarda dos bens imateriais já nasceu mais amadurecida, com a concepção de que esse patrimônio é dinâmico, que ele se transforma, que para estar vivo



FOTO: EDSOM RODRIGUES

A Constituição (1988) obrigou o Estado Brasileiro a entender que a cultura negra, que a cultura indígena, eram expressões que não disputavam entre si e não estavam abaixo da cultura dita “erudita” ou mesmo colonial portuguesa ou vinda de fora.

São mais de 55 bens registrados como patrimônio cultural do Brasil.



precisa se atualizar no tempo e no espaço. Lutamos por isso em todo o campo do patrimônio cultural. É diferente das concepções do patrimônio edificado, cujo valor é a autenticidade: [você]

tinha de manter aquilo como foi feito na concepção. Como não foi possível, naquele momento, se investir nos saberes tradicionais ligados a essa arquitetura, investiu-se na preservação daquela coisa. Penso que se eu valorizo o mestre, a técnica tradicional construtiva vai ser mantida e eu não preciso manter a coisa a qualquer custo, porque ela poderá ser produzida e reproduzida a todo momento.

Então, as políticas que temos do imaterial vão fazer 25 anos este ano e conseguiram, de todo modo, oxigenar o campo do patrimônio, por inserir a perspectiva do diálogo, da participação social. Se temos um projeto de autorização para análise e ele não pode ser aprovado por tal motivo, posso sentar-me com o interessado, conversar e entender a demanda: “Qual é a sua perspectiva? Você quer usar o imóvel para qual finalidade?”. E se diz: “Isso aqui não está bom por tais razões, mas pode ser de outra forma. Não se faz mais isso porque temos poucos servidores e não damos conta da complexidade que é tudo isso”. Mas há um esforço maior de diálogo e construção.

Enfim, eu fiz uma apresentação que não usei. Mas para, justamente, explicar qual é nossa perspectiva sobre o patrimônio. Por que ele foi criado? Por que o instrumento existe? Para que ele existe? E porque, quando batem, embora muitas vezes para ajudar a fortalecer, fazem é desconstruir. Se não estivermos unidos em torno do fortalecimento dessas instituições que permanecem, que são instituições de Estado, o patrimônio vai se acabar. Na verdade, ainda não acabou, mesmo com todas as dificuldades, porque existe um órgão que chega e diz ao proprietário do patrimônio que ele não pode construir mais cinco

puxadinhos, um atrás do outro. Porque as mesmas pessoas que, por vezes, defendem [o enfraquecimento dos órgãos públicos fiscalizadores] são aquelas que estão respondendo a processo de fiscalização, porque não submeteram o seu projeto. Porque a encosta é bonita e tem aquela vista maravilhosa, quer colocar suas piscinas com decks, quer sofisticar, e então o órgão de patrimônio é o chato porque não permite que seja daquela forma.

É uma coisa que o professor Ulpiano Bezerra de Menezes afirma que eu acho fantástica: o papel do órgão de patrimônio é imprimir uma qualidade diferenciada ao projeto, à intervenção. Não é que aquilo ali não tenha qualidade. É porque o patrimônio vai observar que aquilo ali é o repositório de valores, tem uma fruição coletiva, é uma paisagem, é um frontispício

A política de salvaguarda do patrimônio imaterial, criada no Brasil em 2000, é referência internacional para a Unesco criar a sua conexão com o patrimônio imaterial da humanidade.



que tem uma razão de ser daquela forma e, portanto, fazer aquilo como ele [o proprietário] quer, implica, [para] cada um e aos poucos, a destruição total. E se ele [o proprietário] se adequar às normas, que prevêm uma vegetação, um tipo de revestimento que seja menos ofensivo, que não agrida a paisagem, vamos ter um projeto qualificado, com um olhar esteticamente mais adequado e propício à preservação.



A arquitetura eclética surgiu no século XIX e teve força até as primeiras décadas do século XX. Mistura de diferentes estilos arquitetônicos, incorpora elementos de diferentes épocas e culturas em uma única obra. Tem como características a diversidade e a liberdade em combinar referências, refletindo a riqueza e a pluralidade da sociedade da época.



FOTO: MARCO FILHO / ATUR

SINTA A ENERGIA DE VIVER A BAHIA

Bahia!
TURISMO

BAHIA
SINTA ESSA
ENERGIA

Uma vibração única, que vem do batuque do tambor, vibra nas ruas, com cores, cheiros e sabores de uma terra que se reinventa. Na cultura apaixonante, na culinária irresistível e nas paisagens inesquecíveis. Uma energia que passeia pela diversidade das tradições e de um povo acolhedor, que te espera de braços abertos. Nenhuma palavra explica, nenhum cartão-postal traduz. **Tem que sentir pra entender. Pode chegar. Aqui tem uma Bahia feita pra você.**



GOVERNO DO ESTADO
BAHIA

GOVERNO
PRESENTE
FUTURO
PRA GENTE



FOTO: EDSON RODRIGUES

Patrimônio cultural é política transversal e integrada'

Em sua primeira edição, o Ciclo de Conferências ABI 95+5 contou com a presença de Hermano Guanais, superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/Bahia). Após sua apresentação, na sede da ABI, Guanaes respondeu a perguntas e interagiu com o público presente.

O material que passa a ser apresentado foi elaborado com base na transcrição do debate. Para a adaptação ao texto escrito, foram eliminados, na medida do possível e sempre na busca por um melhor entendimento do conteúdo pelo leitor, vícios de linguagem e repetições comuns no diálogo entre os falantes. Para uma melhor experiência de leitura, foi adotado um fluxo de perguntas e respostas que não repete rigidamente o do debate. As perguntas foram resumidas ao seu essencial, permitindo maior espaço para as respostas.

Nesta parte da apresentação de Hermano Guanais, na ABI, o superintendente do Iphan na Bahia tem a oportunidade de aprofundar sua análise em temas pertinentes à atuação da autarquia federal, dificuldades e desafios. Apresenta, ainda, experiências exitosas e projetos que considera inovadores, possíveis de serem adaptados às realidades brasileira e baiana.

Eu sabia que era problemático, mas não que era tanto."

Gostaria que você adentrasse na questão das competências, das responsabilidades de cada ente público para com o patrimônio.

HERMANO GUANAIS: "Dentro da estrutura do patrimônio, os entes públicos municipal, estadual e federal têm a mesma competência. Quer dizer, o que é patrimônio para o Iphan? O Iphan especificamente cuida de quê? Daquilo que ele reconheceu como patrimônio, baseado nos processos que ele tem. Então, na Barra, por exemplo, ou no São Francisco [Além do Carmo], você vai encontrar muitos bens tombados pelo estado da Bahia, pelo Ipac. Porque patrimônio é uma escolha. Patrimônio é uma seleção dentro da produção cultural daquilo que é, digamos, mais representativo. Então o estado reconhece alguns bens, a União reconhece outros e o município reconhece outros. Exemplo disso: a Fundação Gregório de Mattos tombou o conjunto de balaustradas de Salvador, dessas que há aqui na Praça Castro Alves. Então se cria um processo e qualquer coisa referente às balaustradas é com a Fundação Gregório de Mattos. Qualquer coisa referente à igreja em Valença, que é tombada e está passando por um processo de restauração, é com o Ipac. Palmeiras [o conjunto arquitetônico] é tombado pelo Ipac. Então, qualquer coisa que haja lá, embora eu seja superintendente do Iphan, não posso, não tenho competência para intervir. Até dou graças a Deus por isso (risos). Quando você é do lugar, tudo fica mais complicado. E aí [no caso de Palmeiras] é o Ipac que tem de ser chamado. Então, há uma divisão de competências também nesse aspecto.

Agora mesmo estava havendo um problema em Santo Amaro, numa edificação, que é tombada pelo município. Nesse caso, o próprio município é quem tem de intervir. Se conseguíssemos minimamente fazer isso, ou mesmo pensar como Minas Gerais tem a política do ICMS Cultural, que permite a todos os municípios [receber] um recurso, todo ano, do ICMS, para, caso tenha bens tombados ou registrados, fazer suas políticas. Ou seja, desoneram o órgão, tanto o do estado como o da União. Sobre a União é mais difícil, mas o estado está mais próximo e, às vezes, tem bens reconhecidos ali. Tendo, vão usar desse recurso do ICMS Cultural, que é algo importante, que o Ipac fazia quando eu era do instituto, na época de Frederico Mendonça [ex-diretor-geral], estava bem adiantado esse processo, que pode ser retomado.

O Iphan especificamente cuida do quê? Daquilo que ele reconheceu como patrimônio, baseado nos processos que ele tem.

Assim como conversas que já temos com alguns ministérios. Ministério das Cidades, para ver a questão de se incorporarem, no Minha Casa Minha Vida, também áreas históricas para aproveitar. Temos dificuldade de fiscalizar um imóvel por causa de sua regularização fundiária, às vezes queremos notificar o proprietário, mas não conseguimos porque não temos uma informação e mandamos para a Receita Federal, para um município, para o cartório, em busca [da informação]. Muitos são de espólios. Há pessoas que nem vivem mais aqui e deixam [o imóvel] abandonado para cair e não temos como localizá-las para poder forçá-las a adotar algum tipo de solução. Fora aquelas que têm condições e se escondem para não receber notificação, para não serem obrigadas a agir.

Quando entrei, eu não sabia [disso]. Sabia que não era um mar de rosas, sabia que era gigantesco. Fizemos uma parceria com a Ufba, a Faculdade de Administração, e até um curso de pós-graduação criamos para capacitar agentes culturais, servidores, em como tratar o patrimônio afro-brasileiro."

Os desafios que você tem na mão não são poucos. No Centro Histórico, é essa distorção que existe, não de privilegiar a comunidade em si, mas o turista que vem, passa por aqui, não fica, não vive os dramas nem nada disso. [...] Quais os primeiros passos que vão ser dados para minimizar essa crise crônica que nos desafia?

HG: "Eu sabia que era problemático, mas não sabia que era tanto. Quando entrei, eu não sabia [disso]. Sabia que não era um mar de rosas, sabia que era gigantesco. Mas eu não sou herói nem posso fazer aquilo que não está ao meu alcance. Eu estarei até quando eu puder cumprir minha função tecnicamente e usando a boa política. Eu não uso a má política para ninguém. Vou dentro dos meus princípios, convicções, valores e diretrizes que são colocados pela área central, que é Brasília. E tenho tido sucesso, na medida em que conseguimos, em pouco tempo, em um ano e oito meses, por exemplo, gastar todo o dinheiro que nos foi dado e mais aquilo que não gastaram nas outras unidades. Ou seja, o Iphan/BA foi aquele que mais executou o seu orçamento. Orçamento próprio. Como é que acontece? Como é que funciona? Todo ano, apresentamos para a área central de Brasília um conjunto de Planos de Ações. Quando eu disse que, às vezes, não tenho autonomia para escolher o que eu quero fazer, é porque a maioria desses Planos de Ações são para cumprimento de ordem judicial. São de processos antigos que agora transitaram em julgado, digamos assim, com aquela noção de patrimônio, que é restaurar aquele bem 'x', mesmo que no outro dia ele esteja fechado, mesmo que não haja ninguém lá, mesmo que não vá ser usado para nada. Uma outra coisa é que eu consigo ter autonomia.

Por exemplo, a instituição tem um acervo, um patrimônio arquivístico, documental, de quase 90 anos, um dos mais antigos da Bahia. Quando vi aquilo, falei: 'Não tenho de admitir'. Como é que uma instituição de memória não preserva sua própria memória, seus documentos? Imagine, coisas acumuladas há quase 90 anos. Fiz um TED [Termo de Execução Descentralizada] com a Ufba, pedi um recurso e consegui.

Fizemos uma parceria com a Ufba, baseado em um exemplo que vi do professor Ordep Serra na academia e falei: 'Eu vou pegar esse modelo'. Ordep é sempre inspirador. Então, estamos com alunos bolsistas fazendo a normatização do Centro Histórico de Salvador. Quer dizer, cada proprietário, agora, vai saber que, ao comprar aquela casa, ele pode ou não pode fazer aquilo. Isso já estava sendo feito há quatro anos pelo Iphan e pela Ufba, pela Faculdade de Arquitetura, e agora reforçamos e estamos concluindo até o final do ano. Fiz até a reunião aqui [na ABI] e vamos fazer outras no auditório.

Então, conseguimos, de algum modo, pegar bens culturais e alguns projetos maiores. Por exemplo, a educação patrimonial só para terreiros, para instruir. Fizemos uma parceria com a Ufba, a Faculdade de Administração, e até um curso de pós-graduação criamos para capacitar agentes culturais, servidores sobre como tratar o patrimônio afro-brasileiro. Porque eles não sabem, muitas vezes, nem cuidar, nem mesmo analisar um projeto de um terreiro, porque querem aplicar a mesma lógica dos outros bens. Quando o terreiro tem outra dinâmica, outro tipo de atuação que não é a mesma de

vador, que não é a de hoje. Você falou da questão de cores. O Rio Vermelho tinha um ciclo de festas, onde eu nasci e morei até me casar. E havia um ciclo de festas que antecedia o Carnaval. Era o Bando Anunciador do Rio Vermelho [desfilava 15 dias antes do Carnaval] e a Festa de Iemanjá era uma festa menor. O Bando Anunciador tinha raiz, carros alegóricos. E não era só no Rio Vermelho, você tinha uma infinidade de festas populares e de bairros também. [...] Realmente, você tem na Bahia alguma coisa, em Salvador também [...] há um calor humano, há uma solidariedade.

Fizemos um conjunto de parcerias e a gente conseguiu a maior execução do Brasil. Isso é ainda pouco, mas é mais do que aquilo que pensamos que pudesse fazer. Ou mesmo que eu pedia, achando que fossem negar. Porque tem de se repartir a quantia "x" anualmente para 27 superintendências. Mas eu consegui, lutamos por aquilo, conseguimos e estamos executando.

Fizemos 50 anos do tombamento de Lençóis; os 300 anos de Rio de Contas; o canteiro modelo, segunda fase, em Igatu, em que prestamos assistência técnica para o pessoal e estamos fazendo intervenções mesmo naqueles que são hipossuficientes, que não têm condições mesmo. Fazendo o canteiro modelo aqui na Gamboa [Salvador], que está acontecendo com a Ufba. E a sétima etapa, que é um imóvel da Conder (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), no qual vamos intervir para ter a habitação de interesse social. E isso fazemos com as próprias comunidades que estão nesses lugares. Lá vai ser o Forte da Gamboa, que é para criar também habitação em parte do Forte e em uma outra área que existe ali ainda. Construir uma edificação porque as famílias vão aumentando e já não cabem ali.

Tenho consciência de que nós somos um agente importante que tem suas limitações, tem seus desafios. E o sucesso disso passa pela assunção, de fato, de responsabilidades pelas três esferas de poder. Sobretudo, considerando que estamos no município, portanto, esse patrimônio urbano tem uma vinculação muito grande ao município. E ao estado também, que tem seu papel. O município está conseguindo atuar na área do Comércio, mas vai ter de chegar aqui, à área do Centro Histórico também.

Os três entes devem pensar em, de algum modo, acessar programas maiores. Por exemplo, pensando em habitação, eu estive agora em Portugal, na cidade do Porto, com o professor Santana e Maria Eli. Fomos conhecer os programas de habitação. Fomos com edital da Secult (Secretaria de Cultura do Estado da Bahia), em que me inscrevi com meu CPF e convidei o professor Santana e a professora Maria Eli. Fomos conhecer o caso de Porto, onde há um dos programas de habitação dos mais sofisticados do mundo, onde você vê claramente o processo de intervenção para habitação, com uma outra lógica que não é aquela da doação, mas de aluguel social. Mas com um conjunto, uma estrutura de empresas que são criadas pelo ente público para gerenciar

Pensar como Minas Gerais tem a política do ICMS Cultural, que permite a todos os municípios um recurso, todo ano, do ICMS, para, caso tenha bens tombados ou registrados, fazer suas políticas.

um monumento do século XVII. Sobre quilombos, agora deve fazer oito meses, um ano, que foi criada a portaria sobre quilombos para fazermos o tombamento constitucional.

O caso do Porto, onde há um dos programas de habitação mais sofisticados do mundo, onde você vê claramente o processo de intervenção para habitação, com uma outra lógica que não é aquela da doação, mas de aluguel social.

Se a gente pensar no Centro Histórico, é um fenômeno isso aqui, de superestrutura. Eu tenho de falar de mobilidade urbana, de desenvolvimento urbano, resolver o problema dos carros, resolver o problema do lixo, da segurança, que não são questões do patrimônio. Fizemos um memorial das baianas, instalamos, compramos tudo, depois houve um problema de um assalto, levaram uma parte, depois de novo.

Eu sou de 1939, dezembro. E havia uma outra Sal-

Conversas que a gente já tem com alguns ministérios, Ministério das Cidades, para ver a questão de se incorporar, no Minha Casa Minha Vida, também áreas históricas para aproveitar.

tudo aquilo. E que conseguem, de fato, imprimir aquilo que eu estava dizendo, que é uma outra dinâmica de tornar isso aqui uma cidade, cidade real, não cidade inventada para quem vem de fora.

Temos um corpo técnico diminuto, poucos recursos. Isso tenho de dizer aos outros órgãos públicos, porque a matéria do patrimônio é transversal. Eu tenho, às vezes, um problema no Terreiro de Jesus [Pelourinho] e peço a ajuda da Semop [Secretaria Municipal de Ordem Pública], peço ajuda da Limpurb para ir lá limpar. Fico fazendo esse papel de articular políticas públicas, porque patrimônio cultural é política transversal e integrada. O órgão de patrimônio, sozinho, não faz.

Se pensarmos no Centro Histórico, é um fenômeno isso aqui, de superestrutura. Eu tenho de falar de mobilidade urbana, de desenvolvimento urbano, resolver o problema dos carros, resolver o problema do lixo, da segurança, que não são questões do patrimônio. Fizemos um memorial das baianas, instalamos, compramos tudo, depois houve um problema de um assalto, levaram uma parte, depois de novo.

Temos quatro escritórios técnicos: em Porto Seguro, Rio de Contas, Lençóis e Cachoeira.

Um estado de dimensões territoriais tão grandes, sendo que sua instituição deriva de tanto cuidado, tanta credibilidade, tanta transparência, você dispõe de quantos assessores, quantos funcionários para cuidar desse estado inteiro?

HG: “Temos quatro escritórios técnicos: em Porto

Seguro, Rio de Contas, Lençóis e Cachoeira. Por exemplo, Porto Seguro, que inclui toda aquela região, todos os resorts, condomínios, barracas de praia, porque lá é um tombamento de 70 km de praia, a Costa do Descobrimento, então analisamos tudo. Quantos arquitetos, eu vou dizer arquitetos, porque é um servidor que analisa, que faz tudo. Temos uma arquiteta, que é a chefe do escritório técnico de lá. E agora eu consegui uma professora arquiteta da Universidade Federal do Acre, que tem família em Porto Seguro, consegui uma cessão dela sem ônus, porque se fosse com ônus, eu não conseguiria. A universidade a liberou. Chorei, implorei e ela foi para lá. Ou seja, tenho a chefe do escritório, que é a pessoa que analisa, e agora uma nova, que está começando. Para dar conta de todo esse universo de condomínios, barracas de praia, resorts, tudo que vocês imaginarem naquela região de Porto Seguro.

Em Rio de Contas, tenho uma servidora que é a chefe do escritório técnico, que está lá há mais de 30 anos. Rio de Contas é uma cidade quase totalmente íntegra, porque ela é ferro e fogo. Ela é destemida, juiz tem medo dela, promotor tem medo dela, padre, prefeito, porque ela vai mesmo em cima. Em Lençóis, uma servidora e agora chegou uma de fora, do último concurso, que conseguimos chamar no rescaldo. Ou seja, duas em Lençóis. Que é outra relação, porque em Lençóis nunca houve chefe morando lá, sempre era um que ia, voltava, não morava lá. Agora está morando. Em Cachoeira, temos também dois servidores. E em Salvador, vou dizer arquiteto porque é quem lida com esse patrimônio, eu tenho seis. Que não são só para Salvador, são para Salvador, Itaparica, Monte Santo, Vera Cruz...

Temos aqui na sede [Salvador] dois carros. Eu encontrei o Iphan com um motorista e um carro funcionando. Eram cinco. Encontrei os carros sem funcionar, o Iphan completamente esvaziado. [Hoje] temos dois, consegui mais um motorista. Seis arquitetos, cinco arqueólogos, que já trabalham só com arqueologia, mais uma historiadora e um antropólogo que trabalham com [patrimônio] imaterial.

O Centro Histórico de Salvador é reconhecido pela Unesco há 40 anos. Há possibilidade de que países estrangeiros, que preservam muito seu patrimônio histórico, apoiem com dinheiro?

HG: De outros países podemos receber, mas da Unesco, que é o órgão internacional, é o contrário, pagamos à Unesco para fazer as coisas. A Unesco dá esse título e cobra algumas coisas. Eles tentaram conseguir um recurso para nós agora, do fundo emergencial, para nos ajudar. Queríamos fazer ações estratégicas de educação, de formação, inclusive com os responsáveis por igrejas, para que eles soubessem fazer conservação, só que isso não foi aprovado. Ou seja, contamos com o apoio, mas temos de colocar o dinheiro lá para eles contratarem uma espécie de consultores para fazer o trabalho. É assim



FOTO: EDSON RODRIGUES

Jornalismo e cidade estão um no caminho do outro

FOTO: DIVULGAÇÃO



Mary Weinstein
Jornalista e Professora
da Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia (Uesb)

Em um ambiente comum, jornalismo e cidade são correspondentes, fazem parte da mesma história e compõem sociabilidades. Ambos são textos e servem para lembrar o passado e legitimar o que acontece no presente. Uma vez apagados, cria-se um limbo, um desmanche do que já era (só) lido, como se voltássemos à pré-história, quando a memória era armazenada basicamente na cabeça.

Se, neste momento, as maiores preocupações do mundo se voltam para a inteligência artificial e para o enxame de notícias falsas, que, por sua vez, valem-se especialmente da memória ou da falta dela, faz sentido pensar que o antídoto para os possíveis efeitos nefastos dessas duas novidades pode estar exatamente na notícia produzida pelo jornalismo. Melhor, pois, que o jornalismo não acabe. E que, na cidade, paute o patrimônio, em vez de deixá-lo à mercê das articulações da especulação imobiliária. Em 1992, quando o então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), decidiu finalmente lançar o Programa de Recuperação do Centro Histórico, a imprensa aplaudiu. Em entrevista a esta repórter, em 2008, cujo assunto era estritamente Salvador, Caetano Veloso achava que a restauração era uma resposta a um anseio popular. Não à toa, a professora Ana Fernandes, da Faculdade de Arquitetura da Ufba, observou que, na ocasião, data do aniversário de Salvador, foi feito um “lançamento midiático”. Daí para frente, cada detalhe da obra foi alvo das coberturas dos jornais. Entre 1992 e 1994 (ano em que ACM foi eleito senador e seguiu para Brasília), foi decidida, anunciada e iniciada a recuperação do Centro Histórico de Salvador, inauguradas a 1ª, 2ª e 3ª etapas, de um total de sete. Só não foi acabada.

O governo pautava, sobretudo, a si. Os jornais publicavam matérias sobre a operação, que acabaria fazendo uma “asepsia social” nas palavras do Ministério Público. O estímulo vinha de um assessor de imprensa que eventualmente, por coincidência,

também trabalhava em alguma redação de jornal. Foi assim que, no primeiro ano, foram publicadas 63 unidades jornalísticas no maior jornal da Bahia à época, o A Tarde, para em 1993 este número mais que dobrar, chegando a 166, sendo a maioria de apoio à iniciativa do governo estadual. Apenas quatro reportagens, nesse ano, mencionaram as expectativas de antigos moradores que se viram forçados a deixar o local. Certo é que, a cada visita de políticos, a cada novo anúncio, a cada nova obra, eram recorrentes os artigos, notas, reportagens ou editoriais, com elogios e demonstrações de apoio irrestrito à empreitada. No terceiro ano do programa, surgem esparsamente notas críticas direcionadas à qualidade da “restauração”, como Casarões Recuperados Já Apresentam Infiltrações (26/04/1994, p. 3). E, até então, nada de fontes especializadas ou independentes, nenhum arquiteto, nenhum sociólogo, para comentar ou esclarecer o que estava sendo feito pelo governo do estado.

Já durante um outro período também vistoso, o do tombamento do Corredor da Vitória, a imprensa baiana se comportou enigmaticamente. Durante quase uma década, somente o A Tarde agendou a aplicação do dispositivo — que afetava uma área habitada predominantemente por gente das classes A e B e que vigorou por apenas um ano depois da sua notificação, em 2003 — e de três imediatas impugnações de construtoras e de uma companhia de seguros. A Folha de São Paulo e a Carta Capital deram matérias. O Correio saiu com uma capa já depois do arquivamento do processo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), quando precisou confrontar o arquiteto que desafiou Antônio Carlos Magalhães, num caso que envolvia um anel de brilhantes oferecido a uma magistrada do Tribunal de Justiça da Bahia.

Pautar o patrimônio requer entendimento sobre o que o caracteriza, e é preciso também, sobretudo, ter alguma persistência, porque nem sempre os assuntos relacionados são plenamente aceitos ou do interesse, na engrenagem comandada por uma variedade de gate keepers. Na prática de um jornalismo presencial, basta percorrer a cidade para identificar uma profusão de situações esdrúxulas à espera de um pauteiro, que pode ser o próprio repórter que sai à rua.

Casas abandonadas, obras sem alvarás, derrubada de imóveis aos domingos e feriados, desleixo nas imediações ou no próprio espaço do objeto tombado, anúncios interferindo na leitura do objeto e sem

A historiadora francesa Françoise Choay [...] diz que o monumento, ou seja, o objeto reconhecido como patrimônio, é a certeza de que houve um início e que a permanência dele diminui os temores próprios do desconhecido.[...] Connerton lembra que apagar a memória é um artifício de governos totalitários e que a escravização mental começa quando as recordações são subtraídas.

Melhor, então, que o jornalismo não acabe. E que, na cidade, paute o patrimônio, em vez de deixá-lo à mercê das articulações da especulação imobiliária.

a anuência de órgãos de proteção, dentre tantas outras condições são frequentes. Nas TVs, o serviço é invariavelmente sobre o engarrafamento que alguma obra ou incidente acontecido possa provocar. Por exemplo, a requalificação do Porto e Farol da Barra, em 2012/2013, foi pauta sobretudo para orientar sobre as mudanças no trânsito. Praticamente nenhuma matéria questionou a substituição da balaustrada colocada pelo italiano que fez a Av. Oceânica, Filinto Santoro, no início do século 20, por uma de gesso, que pouco tempo depois já se degradava, ou seja, um pastiche. Cerca de dez anos antes, a Prefeitura tinha tentado requalificar a Barra, mas a ideia ficou no papel, especialmente porque o A Tarde entrou de sola, mostrando insistentemente os diversos detalhes do projeto, cujo apoio financeiro acabou sendo suspenso pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Aleatórias, inexplicáveis e dispendiosas

O antropólogo inglês Paul Connerton (1940-2019) explicou que é impossível começar do zero e que todos os inícios contêm pelo menos alguma recordação, até mesmo quando um grupo social quer impor um novo ponto de partida. Ele disse também que experiências particulares são sempre fundamentadas num contexto anterior, para que possam ser inteligíveis. O educador Paulo Freire (1921-1997) postulava que a valorização do contexto é imprescindível para o processo de aprendizagem, referindo-se à valorização da história de vida do aluno, com todas as suas experiências. Se lembrarmos bem, até a definição de um horizonte de expectativa tem como base o que veio antes.

A historiadora francesa Françoise Choay (1925-2025), em seu livro *Alegoria do Patrimônio*, diz que o monumento, ou seja, o objeto reconhecido como patrimônio, é a certeza de que houve um início e que a permanência dele diminui os temores próprios do desconhecido. O patrimônio, segundo ela, é, portanto, um conceito fundamental para a estruturação social porque “assegura, acalma, tranquiliza,

conjurando o ser do tempo”. No mesmo sentido, Connerton lembra que apagar a memória é um artifício de governos totalitários e que a escravização mental começa quando as recordações são subtraídas. “Um caso particularmente extremo de uma tal interação ocorre quando um aparelho de estado é utilizado, de forma sistemática, para despojar os cidadãos da sua memória” e para que ninguém possa dar o seu testemunho sobre o passado, disse o inglês. Então, queimam-se livros, escritores são proscritos, as pessoas são silenciadas e outros vestígios do passado são eliminados.

Se Connerton chegasse à Bahia, onde — como diria o comediante mexicano Chaves, “foi sem querer, querendo” — (des)revitalizaram a Baixa dos Sapateiros, o Largo 2 de Julho, a Barra, dentre outros espaços tão caros à identidade da cidade, com requalificações aleatórias, inexplicáveis e dispendiosas, sem que se pudesse deter essas ações, certamente a usaria como exemplo do que não se deve fazer com a memória ou com o patrimônio de um lugar, que está à beira de se tornar (com algum desespero) um não lugar como qualquer outro.

Salvador foi capital do Brasil (1549-1763) e, posteriormente, tem uma história de expansão urbana que sai do Pelourinho em direção ao Caminho do Conselho, no período higienista, passando das casas geminadas para as moradas com recuo e de costas para o mar da baía, na Vitória. Nesse trajeto, não falta o que possa ser observado por um repórter perspicaz para dar ótimas matérias. A cidade clama por atenção porque parece que está se esfarelando — é uma demolição aqui, um desabamento ali. É inadmissível que na rua da Igreja da Conceição da Praia se suprimam sobrados, que na Avenida Princesa Leopoldina se deixe ir a pó uma bela residência que pertenceu ou pertence à família da médica Maria Amélia Soares da Cunha, que se ocupem espaços de antigas edificações no Corredor da Vitória com instalações de uma revendedora de automóveis importados, dentre outros casos de arrearpiar.

Em dezembro de 2006, empresas respon-

sáveis pela construção de um edifício no Corredor da Vitória, em Salvador, publicaram nos jornais um informe publicitário de um quarto de página questionando o trabalho de uma repórter que escrevia regularmente sobre cidade e patrimônio cultural em A Tarde. Essa repórter era eu. O informe custou R\$ 14 mil para ser publicado no próprio A Tarde (nos outros jornais, meu nome aparecia na primeira linha). A partir desse acontecimento, pode-se fazer uma breve anotação sobre a esfera pública na capital baiana, à época, e, saltando para as condições atuais não só do jornalismo, mas também da própria cidade, que culmina com o desabamento do forro da Igreja de São Francisco, no verão de 2025, e com a polêmica sobre a venda do terreno de encosta verdejante do Morro Ipiranga, porque, segundo saiu nas redes sociais, o prefeito detectou que

Se lembrarmos bem, até a definição de um horizonte de expectativa tem como base o que veio antes.

aquele trecho não registra arrecadação de impostos.

Para concluir, voltamos à dobradinha entre o jornalismo e a cidade, que estabelece a relação entre a responsabilidade do primeiro na construção de uma pauta de publicizações baseada no interesse público e o vigor e dinâmica da segunda. É como se, para existirem, um dependesse do outro, tendo como foco a rua, como João do Rio a descrevia, com suas edificações e sujeitos. A arquitetura é uma espécie de leitura que se pode ter de uma cidade. Em sua tessitura, a composição de prédios é um relato e o patrimônio histórico, representado pelas edificações, é aquele que mais diretamente se relaciona com a vida de todos, disse Choay. Jornalismo e cidade estão um no caminho do outro, numa relação indissociável, em que proporcionam entre si o direcionamento que ambos devem tomar para traçarem o próprio destino.

Em dezembro de 2006, empresas responsáveis pela construção de um edifício, no Corredor da Vitória, em Salvador, publicaram um informe publicitário, de um quarto de página, nos jornais, questionando o trabalho de uma repórter que escrevia regularmente sobre cidade e patrimônio cultural em A Tarde. Essa repórter era eu.

Faltou proteção

FOTO: DIVULGAÇÃO



Nelson Cadena
Escritor e Jornalista

As vezes eu duvido de que a Bahia seja de Todos-os-Santos e de Todos-os-Orixás — vão desculando a descrença. Há fatos que não se enquadram na lógica divina nem na mundana. A Bahia, com toda sua riqueza patrimonial, originária de seu status de primeira capital do país, riqueza reconhecida por especialistas do Brasil e do mundo, não teve, nos 88 anos de existência do Iphan, um representante na cadeira de presidente, dentre os vinte dirigentes do órgão. Faltou-nos proteção. Dos Santos, dos Orixás, dos políticos e intelectuais.

A autarquia surgiu em 1937, na antessala da ditadura do Estado Novo, com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), rebatizado durante a ditadura militar, em 1970, com a sigla atual de Iphan, quando passou a ser um instituto. Serviço me parece mais apropriado ao compromisso de um órgão que deveria ser vocacionado para o serviço público. Detalhe que, se parece irrelevante, cabe aqui registrar.

Pelo menos a Bahia teve a deferência de contar com o segundo distrito, criado no ano referido. Godofredo Filho, poeta e devotado defensor do nosso patrimônio histórico, incansável em fustigar “os energúmenos que encontram prazer em derrubar”, foi o primeiro diretor da superintendência regional Bahia-Sergipe, assumindo, mais tarde, a Diretoria do Patrimônio Artístico Nacional (Dphan). Foi um dos colaboradores convidados a escrever no número inaugural da revista do órgão, em que discorreu sobre a riqueza patrimonial do Seminário de Belém de Cachoeira. Em 1939, na mesma publicação, enfatizou o valor patrimonial da Torre e Castelo de Garcia d’Ávila.

Especialista em patrimônio, foi um dos convidados da ABI para compor o seletor júri que escolheu, em 1959, o projeto do painel artístico — de autoria de Mário Cravo Junior — do sexto andar do pré-

dio que, mais tarde, seria denominado de Ranulfo Oliveira, então em fase final de construção. Prédio cujo projeto teve a assinatura do arquiteto Hélio Duarte, designado pelo Iphan, autor das várias plantas das futuras sedes da entidade, incluindo a da Ladeira da Praça, cujo terreno foi permutado pelo da Rua Guedes de Brito, endereço atual.

Além de Godofredo Filho, Maria de Lourdes Pontual e Carlos Ott discorreram, na revista do Sphan, sobre nosso patrimônio histórico. Ott, em copioso artigo de 28 páginas, relevou as especificidades do conjunto de azulejos do Convento do São Francisco da Bahia. O arqueólogo, antropólogo e historiador teuto-baiano, emérito pesquisador, colaborador do Iphan por mais de 25 anos, enfatizou “o poder fascinante das luzes e sombras” dos azulejos do claustro e convento “que repercutiram profundamente nas almas dos pintores baianos, criando uma escola toda baiana”.

Por mais de uma vez, Ott criticou a estrutura do Iphan; a falta de, na verdade. Quando da nova sigla, o poeta Carlos Drummond de Andrade, numa de suas crônicas, nutria a respeito do instituto a expectativa de “melhores dias em que sua vasta responsabilidade se apoie em estrutura adequada e maiores recursos”. Que nunca teve. Porque nunca foi prioridade, em governo algum.

Perdeu, no decorrer do tempo, alguns dos mais qualificados arquitetos para a iniciativa privada. Então, um arquiteto-restaurador recém-formado recebia dois mil cruzeiros por mês na iniciativa privada; enquanto os especialistas, com longos anos de experiência no órgão, recebiam um (1) mil cruzeiros. Drummond, relatando o caso de uma servidora com trinta anos de serviços e minguada aposentadoria, ironizou: “Quando não vale mesmo a pena levar a sério a vida e a tarefa, o melhor é comprar passagem de ida, sem volta, para Pasárgada?”.



FAEB

60
anos

CELEBRANDO A HISTÓRIA
INSPIRANDO O FUTURO

**Há 60 anos
representando e
fortalecendo os
produtores rurais,**
porque quando a
gente defende o
campo, a gente
defende todo mundo.

A conta é simples:

QUANTO MAIS O
**CAMPO
PRODUZ,**
MAIS A BAHIA
CRESCCE.



ESCANEIE O QR CODE
E VEJA O QUE FAZEMOS
PELO PRODUTOR RURAL

MAIS ESTUDO



PARTIU ESTÁGIO



JUVEN- TUDES É GOVERNO PRESENTE

mo
vi
men
to

SOU JUVS

Gerações, ritmos e trends mudam a todo momento. Mas o desejo das juventudes de fazer o presente e criar o futuro permanece. Por isso, o Governo do Estado chegou junto e lançou o Movimento Sou Juvs.

É hora de criar mais incentivos e dar mais oportunidades nos estudos, na vida profissional, na cultura, nos esportes e no empreendedorismo, contribuindo para um maior desenvolvimento das juventudes baianas. Vamos juntos nessa jornada de transformação e conquistas.



ba.gov.br/soujuvs

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA

GOVERNO
PRESENTE
FUTURO
PRA GENTE





Por elas, com elas, para todas.

Mais do que presença, as mulheres têm voz e ação no parlamento baiano. Com uma liderança feminina inédita na presidência da Casa e uma bancada que faz a diferença, **a ALBA aprovou leis que refletem o poder da representatividade.**

Leis que acolhem, protegem e empoderam mulheres em diversas frentes: no combate ao **assédio** e à importunação sexual, no cuidado à **saúde mental** materna, no atendimento a quem convive com fibromialgia e endometriose.

Valorizamos a **memória** de Alaíde do Feijão, nomeando o Restaurante Popular da Liberdade. Criamos o Estatuto da Mulher Parlamentar e Servidora. E incentivamos a **presença feminina** nas ciências e tecnologias.

Com protagonismo feminino, a ALBA mostra que política também é lugar de acolhimento, força e transformação.

Jornalismo responsável.
Informações bem apuradas.
Sempre com as últimas tendências
da área de comunicação e conteúdo
de valor para a sociedade.

www.abi-bahia.org.br

